

COLEÇÃO
PORTUGUÊS NA PRÁTICA

Claudio Cezar Henriques

Fonética,
Fonologia
e Ortografia

5ª Edição Ampliada e Atualizada

*Estudos fono-ortográficos do
português na perspectiva brasileira*



ALTA BOOKS
EDITORA
Rio de Janeiro, 2021



Sumário

Apresentação	11
Prefácio da 5ª Edição	13
Prefácio da 3ª Edição	15
Prefácio da 1ª Edição	17

PARTE I Fonética e Fonologia

1	Podemas, Grafemas, Fonemas	23
	1. Feio, Bonito, Certo, Errado	25
	2. Língua Falada, Língua Escrita	27
2	Norma e Uso	29
3	Terminologia Básica	35
	1. Forma	37
	2. Dupla Articulação da Linguagem	38
	3. Fonação	38
	4. Fonética e Fonologia	38
	5. Pertinência e Comutação	39
	6. Fonema	41
	7. Alofone	42
	8. Arquifonema e Debordamento	42
	9. Grafia	43
	10. Letra e Grafema	45
	11. Palavra Fonológica e Palavra Ortográfica	46
	12. Gramaticalização e Fonologização	46
4	Alfabeto Fonético	49
	1. Vogais	49
	2. Consoantes	50
5	Classificação dos Fonemas do Português	57
	1. Classificação das Vogais	58
	2. Classificação das Semivogais (ou Glides ou Vogais Assilábicas)	60
	3. Classificação das Consoantes	61
6	Encontros Vocálicos, Dígrafos e Encontros Consonantais	67
	1. Encontros Vocálicos	67

2. Dígrafos.....	68
3. Encontros Consonantais.....	68

7	Exercícios Finais (I)	73
----------	------------------------------------	----

PARTE II Ortografia

8	Periodização da História da Ortografia Portuguesa	81
----------	--	----

1. Período Fonético.....	81
2. Período Pseudoetimológico.....	83
3. Período Reformista (ou Histórico-Científico).....	84
4. Vocabulário Ortográfico Comum – VOC (2016).....	88

9	Acentuação Gráfica	93
----------	---------------------------------	----

1. Classificação dos Vocábulo Quanto à Sílabla Tônica.....	93
2. Regras de Acentuação.....	93

10	Emprego do Acento Grave (Indicativo de Crase)	105
-----------	--	-----

1. Regra Geral.....	105
2. Casos Especiais.....	106

11	Grafia de Vogais e Consoantes	113
-----------	--	-----

1. Grafia de Vogais.....	113
2. Grafia de Consoantes.....	114
3. Letras Maiúsculas.....	115
4. K, W e Y.....	116

12	Grafia de Palavras	121
-----------	---------------------------------	-----

1. Homônimos.....	121
2. Parônimos.....	122

13	Emprego do Hífen	127
-----------	-------------------------------	-----

1. Na Composição por Justaposição.....	127
2. Na Derivação Prefixal e nas Recomposições.....	129

14	Textos Complementares	137
-----------	------------------------------------	-----

1. Quatro Decretos.....	137
2. Anexo I (Bases do Acordo).....	140
3. Anexo II (Nota Explicativa).....	165
4. Primeiro Protocolo Modificativo ao Acordo.....	179
5. Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo.....	179

15	O Acordo e Suas Intervenções (na Descrição Gramatical)	181
-----------	---	-----

1. Verbos TER & VIR.....	182
2. Verbos Terminados em Gu/Qu+vg+R.....	183
3. Composição X Derivação.....	185
4. Sufixos Separados por Hífen.....	187
5. A Preposição “de” em Construções com Infinitivo.....	187

16	Exercícios Finais (II)	191
-----------	-------------------------------------	-----

APÊNDICE: Exame Nacional de Cursos – Letras	201
--	-----

Índice Onomástico	217
--------------------------------	-----

Índice Por Assunto	219
---------------------------------	-----

Referências Bibliográficas	221
---	-----

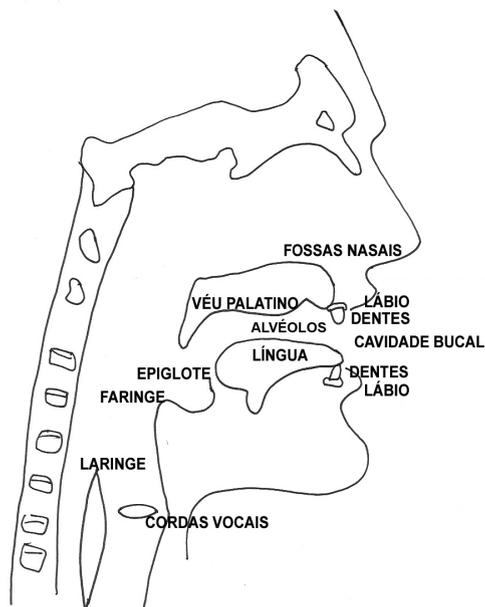
PARTE I

Fonética e Fonologia

A fonética é um campo de estudos amplo e variado. Tem métodos e objetivos vastos. Uma de suas funções é estudar o som da fala como um componente físico, isto é, como uma onda sonora que deve ser descrita acusticamente (é óbvio), sendo necessário para isso o uso de aparelhos desenvolvidos pelos profissionais do campo da acústica, que é um dos ramos da física. Chama-se a essa divisão FONÉTICA ACÚSTICA.

Outra de suas divisões é a chamada FONÉTICA ARTICULATÓRIA, que pressupõe o conhecimento da anatomia e da fisiologia dos órgãos fonadores no estudo da produção dos sons. A ela se soma a fonética acústica, que estuda os mecanismos de percepção dos sons da fala, e que na prática não se distingue da outra, pois ambas se valem de conhecimentos mútuos, tendo em vista que o homem é emissor e receptor de sons.

A fonologia também lida com os sons da fala, mas apenas aqueles que existem em uma determinada língua. Vejamos uma afirmação que aparece logo nas primeiras páginas da *Gramática Normativa*, de Rocha Lima (1992, p. 14). O autor diz que a fonética e a FONOLOGIA são dois ramos da ciência linguística que não se opõem — “antes se coordenam e completam”. E acrescenta: “Somente com apoio numa boa descrição fonética é possível deprender-se, com segurança, o quadro dos fonemas de uma língua.”



Aparelho Fonador

Atribui-se ao filólogo polonês Jan Baudouin de Courtenay (1845–1929) o emprego da palavra FONEMA com o conceito que conhecemos. O termo, segundo ele, foi inventado por um de seus alunos, Mikołaj Habdank Kruszewski (1851–1887), na Escola Linguística de Kazan (Rússia), fundada por Courtenay em 1875. Nela, surgiram estudos pioneiros da fonética experimental e da fonologia. Courtenay foi um dos primeiros a criar uma abordagem moderna e sistemática da estrutura fonológica da linguagem.¹

Na língua portuguesa, segundo informa o Dicionário Houaiss, o primeiro registro escrito da palavra FONEMA se deu em 1899, por Cândido de Figueiredo, em seu dicionário.

Nos estudos de língua portuguesa, a fonologia talvez seja o campo em que os pesquisadores encontram as maiores resistências entre os leitores hipotéticos que compõem o que poderíamos chamar de “contingente linguístico-gramatical” da estética da recepção, *data venia* de nossos colegas da área da teoria da literatura.

Com efeito, a insistência no ensino exclusivamente descritivo dos itens referentes à fonética e à fonologia, dissociados de sua aplicação real e expressiva na língua viva, tem contribuído para a exclusão — nem sempre disfarçada — desse assunto das preferências e galerias acadêmicas.

A descrição não é um mal, tanto que logo abaixo recorreremos a ela para apontar as peças que atuam no aparelho fonador. Afinal, é preciso apresentar os elementos que

¹ Cf. Daniel Jones, em artigo publicado em 1957, *The History and Meaning of the Term “phoneme”*.

permitem a construção dos sons da fala — mas isso não significa colocar em segundo plano a língua que deles se utiliza para exprimir suas ideias, sentimentos e criações verbais.

Recorro ao livro *Considerações sobre a fala e a escrita* (2006, pp. 19–20), de Darcilia Simões, para descrever os órgãos que compõem o aparelho fonador: pulmões, brônquios, traqueia, laringe, glote, faringe, úvula, fossas nasais, cavidade bucal, língua, dentes e lábios.

Diz a autora, em resumo:

Os *pulmões* fornecem a energia para a produção do som: os seus movimentos provocam as correntes de ar inspiratórias e expiratórias, cuja atividade controlada gera a voz.

Os brônquios e a traqueia servem de canais condutores da corrente aérea dos pulmões para a laringe e vice-versa.

Na *laringe*, situa-se a *glote*, órgão essencial da fonação, pois é nela que estão as *pregas vocais*, que são músculos. Quando a glote está aberta e as pregas vocais, afastadas uma da outra, a corrente aérea originada dos pulmões passa livremente — nessa posição, nenhum som é produzido, havendo apenas a respiração natural. Quando a glote está completamente fechada, a passagem da corrente de ar fica interrompida, e as pregas vocais se aproximam e opõem resistência à corrente aérea. Conseqüentemente, as pregas vocais vibram, produzindo o chamado som glotal. Dá-se então a fonação, cujos efeitos sonoros resultantes variam de acordo com a tensão das pregas e com o estreitamento provocado no canal por onde transita a corrente de ar.

A *faringe* serve, juntamente com a *cavidade bucal*, de caixa de ressonância, que permite amplificar certas variações da voz.

A *úvula*, situada no fim do palato mole (na cavidade bucal), pode estar FECHADA, dirigindo toda a corrente expiratória para a cavidade bucal e produzindo os sons ditos orais, ou aberta, desviando parte da corrente expiratória para as *fossas nasais* e produzindo os sons ditos nasais.

A *cavidade bucal* tem papel importantíssimo na modulação do som glotal produzido nas cordas vocais, assim como na produção de ruídos.

É certo que, no processo cotidiano de comunicação, o falante não concentra sua atenção nos movimentos articulatórios, mas sim nos fonemas. Embora na maioria das vezes sequer conheça essa palavra, o indivíduo se vale dos fonemas para construir a fala e integrar-se na comunidade linguística a que pertence.

Podemas, Grafemas, Fonemas...



Brasil e Itália, final da Copa de 1970.

41 minutos do segundo tempo. O Brasil faz o quarto gol e vence por 4 a 1.²

Tostão, com a ajuda de Everaldo, recupera uma bola na lateral defensiva do Brasil. Atrás para Piazza, que toca para Clodoaldo, que toca para Pelé, que passa a Gérson, que devolve a Clodoaldo. O meia só precisa de 6 segundos para dar dribles sucessivos em 4 italianos e tocar na esquerda, ainda no campo brasileiro, para Rivelino, que lança a Jairzinho na ponta esquerda. Ele parte para cima do marcador, corta para dentro, evita um zagueiro e passa a bola para Pelé, que está perto do semicírculo da área italiana. O Rei para a bola com o pé direito, arruma-a com o pé esquerdo e, de novo com o pé direito, rola-a para Carlos Alberto, que vai em apoio ao ataque. A bola, que resvala em um pequeno sobressalto da grama e sobe uns 5cm, é acertada em cheio com o pé direito do Capitão do Tri e vai estufar as redes do goleiro italiano. Brasil, 4 a 1.

A língua escrita empregou 159 palavras para descrever o que, na língua do futebol, precisou de 30 “articulações”, pois foi esse o número total de toques dados na bola até que ela entrasse no gol italiano. Uma “palavra futebolística”, mágica e expressiva, pronunciada em 29 segundos.

² Assista ao lance do gol, com narração em inglês, em <https://www.youtube.com/watch?v=Li8IhMs-PW8>

Pier Paolo Pasolini, poeta, escritor, diretor de cinema, ator, renovador e contestador, ex-meia-esquerda de um time bolonhês, um dos homens mais sensíveis, imaginosos e criativos da Itália e da Europa, expôs algumas teorias a respeito da relação entre o futebol e a língua. O texto que segue é de Pasolini e faz parte de uma crônica de Araújo Netto, publicada no *Jornal do Brasil*, em 10 de abril de 1973.

O futebol é um sistema de sinais, isto é, uma linguagem. Tem todas as características fundamentais de uma língua. As palavras da linguagem do futebol se formam exatamente como as palavras da linguagem escrita e falada. Através das chamadas duplas articulações, ou seja, das infinitas combinações de fonemas. E se os fonemas são a unidade mínima da língua falada, o homem que usa os pés para chutar uma bola é a unidade mínima da linguagem do futebol. Se quisermos continuar nos divertindo, poderíamos chamá-lo, daqui para frente, de *podema*. As infinitas possibilidades desses *podemas* (os jogadores) formam as palavras futebolísticas, e o conjunto dessas palavras, um discurso, regulado por verdadeiras e próprias normas sintáticas.

Os *podemas* são 22 (quase tanto quanto os fonemas de uma língua latina). As palavras futebolísticas são potencialmente infinitas, porque infinitas são as possibilidades de combinações entre os *podemas*: isto é, os passes e os movimentos da bola entre os jogadores.

Como em qualquer língua, o futebol tem seu momento puramente instrumental, rígida e abstratamente regulado por um código. É o seu momento expressivo. Como em qualquer língua, pode ser fundamentalmente poesia. O único momento em que futebol é sempre a mesma coisa, e só é invariavelmente poesia, é o momento do gol. Cada gol é sempre invenção, sempre uma subversão do código. Porque é fantasia liberada, fulguração, estupor, irreversibilidade, exatamente como a palavra poética. O artilheiro de um campeonato é sempre o melhor poeta do ano. Também o drible é, em si e por si, poesia, mesmo quando não é a ação que precede ou cria o gol.

Não é à toa que o sonho de todo jogador (apoiado e partilhado por todo torcedor) é o de partir do meio-campo, driblar todos os adversários e entrar com a bola nas redes. Um sonho que seria a coisa mais sublime do futebol, mas que infelizmente cada dia tem menos possibilidade de se materializar.

A ideia de Pasolini sobre a relação entre o jogo de futebol e o jogo dos sons de uma língua certamente pode dar margem a muitas discussões metalinguísticas. Afinal, na língua, como jogam as vogais e as consoantes? Que uniforme elas vestem? Quem faz o papel de juiz dessa partida? Por que os alofones saem do banco de reservas e por que há tantos times nesse campeonato brasileiro de fonética e fonologia?

É hora, porém, de interromper o jogo, pois é preciso organizar as táticas “futebolístico-gramaticais”. Na bolsa de apostas em que se transforma a discussão do assunto, é fundamental conhecer essa parte da gramática descritiva e da gramática normativa, pois só ganha o campeonato quem sabe o regulamento e as regras do jogo.

1. FEIO, BONITO, CERTO, ERRADO...

Como nos ensina Eugenio Coseriu, há três níveis de competência linguística, o “saber elocutivo” (= competência linguística geral, isto é, a capacidade de falar), o “saber idiomático” (= competência linguística particular, isto é, a capacidade de falar em uma língua determinada) e o “saber expressivo” (= competência discursiva ou textual, isto é, a capacidade de construir textos em situações determinadas). Um uso linguístico deve estar adequado às situações e aos contextos em que se fala ou escreve. Assim, no nível do “saber expressivo”, o usuário competente necessita responder, antes de mais nada, a três perguntas: *de que pretende falar?*, *com quem pretende falar?*, *em que contexto pretende falar?* Com isso, importam-lhe não as noções de certo e errado, mas de adequado e inadequado, cujas definições são deveras discutíveis e numerosas, fixando-se em graus bastante diferentes.³

Dinah Callou e Yonne Leite, no livro *Como falam os brasileiros*, afirmam:

A variação existente hoje no português do Brasil, que nos permite reconhecer uma pluralidade de falares, é fruto da dinâmica populacional e da natureza do contato dos diversos grupos étnicos e sociais nos diferentes períodos de nossa história. São fatos dessa natureza que demonstram que não se pode pensar no uso de uma língua em termos de “certo” e “errado” e em variante regional “melhor” ou “pior”, “bonita” ou “feia”. No ensino da língua escrita, contudo, procura-se neutralizar as marcas identificadoras de cada grupo social, a fim de atingir um padrão único abstrato e idealizado que seja supranacional. (p. 57)

A ideia defendida pelas autoras de que, em especial na língua oral, não existe “certo” e “errado” precisa ser tomada de um ponto de vista específico, pois esses adjetivos se referem a noções subjetivas de valor. O estudo da fonética, da fonologia e da ortografia — como qualquer outro — deve ser ajustado a seus possíveis contextos. Haverá “erro” toda vez que um uso linguístico estiver fora de enquadramento em qualquer das modalidades da língua. Não é o que acontece em “eu vou/eles vai”, mas é o que temos em “eu vamos/eles vou”. A primeira construção se insere em uma modalidade de língua que anula as oposições entre as pessoas gramaticais; a segunda não tem paradigma em nenhuma modalidade conhecida da língua e por isso está rigorosamente “errada”. Erro é dizer “ela precisa entre você” em lugar de “ela precisa de você”, ou “boçocleta” em vez de “bicicleta”. Diversamente, escrever “O Arnesto nus cunvidô prum samba” é a forma correta de reproduzir por escrito a expressão registrada por Adoniran Barbosa a partir de um registro real e coerente do ponto de vista linguístico.

Também haverá erro toda vez que uma determinada regra de combinação de elementos da língua ultrapassar os limites do permitido. Como lembra Trask ao explicar o conceito de *fonotática*, “nenhuma língua permite que seus fonemas ocorram em qualquer sequência” (2004, p. 118), sendo inviável imaginar-se que em português haja palavras como *bsdila ou *tnuxa, apesar de seus fones fazerem parte de nosso sistema

³ Repito aqui um dos parágrafos do Prefácio de meu livro *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto* (Henriques: 2018, p. xvi).

fonológico. Assim também se pode falar em uma morfotática — confirmando ser impossível (por exemplo) começar verbos com desinências (nós *mosanda [andamos] de carro) e — por que não? — em uma *sintaxitática*⁴, negando a possibilidade de colocar ao acaso as palavras na frase (amigo hoje almoçou aqui não nosso = nosso amigo aqui não almoçou hoje).

Cabe lembrar que, mesmo as criações emanadas da língua popular, literária ou publicitária, de um modo ou de outro se ajustam aos modelos preexistentes.

“De mais a mais, o velho era *antigão*”. Na frase de Stanislaw Ponte Preta, em “A Vontade do Falecido”⁵, “antigão” não é o aumentativo de “antigo”, mas seu superlativo — e o sufixo -ão gramaticaliza-se com o valor de -íssimo.

No Posfácio de *Iracema*⁶, José de Alencar se refere a uma expressão bem popular de sua terra: “A mãe diz do filho que acalentou ao colo: Está *dormindinho*.” — o vocábulo “dormindinho” não é o diminutivo de “dormindo”, mas uma forma nominal do verbo acrescida da ideia de afetividade e carinho expressada pelo sufixo -inho, assim interpretada pelo escritor cearense: “Que riqueza de expressão nesta frase tão simples e concisa! O mimo e a ternura do afeto materno, a delicadeza da criança e sutileza do seu sono de passarinho, até o receio de acordá-la com uma palavra menos doce; tudo aí está nesse diminutivo verbal.”

Guimarães Rosa, em “Tutameia”⁷, vale-se da reduplicação silábica para obter um efeito expressivo especial na progressão da cena que descreve: “Com susto, recuou, avançou de novo, e idem, ibidem, itidem, chocou-se; e ibibibidem.”

Todos esses desvios se enquadram nas “permissões” da língua. E, mesmo que um dos tantos juízes normativistas existentes neste mundo afora apareça para advertir ou mostrar um cartão amarelo ao jogador criativo que ousou superlativar, acarinhar ou redobrar sua jogada, o importante será ouvir a torcida vibrar e ver aquele lance ser tentado e repetido em partidas seguintes, nos pés e na voz de outros craques da língua.

Com isso, queremos enfatizar que temos de relativizar as normas, as leis, os conceitos, pois será sempre necessário indagar até que ponto o que se recomenda ou condena nos meandros das relações sociais e acadêmicas tem uma validade inabalável e se aplica a todos os contextos e situações. A fonética, a fonologia e a ortografia são componentes da língua e se prestam — quando o usuário os domina — aos jogos de poder, sedução e arte, atuando na construção e na desconstrução do sentido, em seus objetivos pragmáticos, discursivos, semânticos e estilísticos.

⁴ Termo tautológico e supérfluo, que significaria “como ordenar a ordem” (sin- + -taxe + -taxe). Usamo-lo aqui apenas para sustentar o argumento de que tudo que está fora dos princípios organizadores da língua está errado.

⁵ Febeapá 2. Rio de Janeiro: Sabiá, 1967.

⁶ Obra Completa. Rio de Janeiro: Aguilar, 1957.

⁷ Terceiras Estórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

2. LÍNGUA FALADA, LÍNGUA ESCRITA

Outro ponto que não podemos esquecer é o que chama a atenção para o fato de a sociedade, quando se refere à linguagem, colocar a escrita em posição de supremacia diante da fala. Não raro, apenas esse aspecto é cogitado. Entretanto, ainda que se reconheça a relevância da linguagem escrita, é preciso não perder de vista que, a seu lado, há a expressão humana mais antiga, mais fundamental, a oral.

Mattoso Câmara Jr. toca nesse assunto em seu *Manual de Expressão Oral e Escrita* (p. 16), explicitando algumas evidências, como a que mostra o uso da palavra falada como “uma contingência permanente, ampliada ainda mais no mundo contemporâneo com o desenvolvimento das comunicações”.

A rigor, a linguagem escrita não passa de um sucedâneo da fala. Esta é que abrange a comunicação linguística em sua totalidade, pressupondo, além da significação dos vocábulos e das frases, o timbre da voz, a entoação, os elementos subsidiários da mímica, incluindo-se aí o jogo fisionômico. Por isso, para bem se compreender a natureza e o funcionamento da linguagem humana, é preciso partir da apreciação da linguagem oral e examinar em seguida a escrita como uma espécie de linguagem mutilada, cuja eficiência depende da maneira por que conseguimos obviar à falta inevitável de determinados elementos expressivos.

É preciso relativizar a metáfora da “linguagem mutilada” da escrita para que não se caia no mesmo desvão de quem desvaloriza a língua falada. Mattoso fala do “grande número de traços característicos da expressão oral, ausentes na escrita”: o timbre da voz, a altura da emissão vocal, o complexo fenômeno da entonação. A esses elementos, acrescenta a importância dos gestos e da fisionomia, além da necessidade de ajuste na enunciação das palavras.

Diante disso, alguém poderia considerar que a língua oral é muito mais complexa do que a língua escrita. Porém, a ausência dos itens acima enumerados como típicos da fala não quer dizer que a escrita é um espaço trivial ou tosco. Prossegue Mattoso (p. 17):

A realidade, porém, é que eles [esses itens] têm de ser substituídos por uma série de outros, cujos conhecimento e manuseio exigem estudo e experiência. Grande número de regras e orientações gramaticais decorre das exigências da língua escrita para a comunicação ser plenamente eficiente na ausência forçada de muitos recursos, que complementam e até consubstanciam a linguagem oral. Escrever bem resulta de uma técnica elaborada, que tem de ser cuidadosamente adquirida. Depende, em muito menor grau do que falar bem, das qualidades naturais do indivíduo, do seu “jeito”, enfim, em saber se exprimir.

Neste livro, a língua falada e a língua escrita têm intercomunicação inevitável, pois os sons da fala e a ortografia estão sempre em intervenção mútua. Os recursos da expressão oral e da expressão escrita são muito maiores do que os assuntos de que aqui tratamos, mas tudo começa, em cada uma das partes, quer pela fonética/fonologia, quer pela ortografia, que não são compartimentos estanques.

E X E R C Í C I O S

1. Procure no YouTube um lance bastante movimentado de uma partida de basquete ou de vôlei e redija um parágrafo exclusivamente descritivo, nos mesmos moldes do que aparece no início deste capítulo. Limites: de 5 a 8 linhas.
2. Relacione as duas colunas, observando os níveis de competência linguística:

(A) saber elocutivo	() capacidade de falar em uma determinada língua
(B) saber idiomático	() capacidade de construir textos em uma dada situação
(C) saber expressivo	() capacidade de falar
3. Comente por quê, nos estudos linguísticos, os conceitos de ADEQUADO e INADEQUADO substituem, em muitos casos, as noções de CERTO e ERRADO.
4. Comente, em até cinco linhas, os usos linguísticos presentes nos títulos das canções “Beija Eu”, de Marisa Monte, Arnaldo Antunes e Arto Lindsay, e “(A Gente Somos) Inútil”, de Roger Moreira.
5. Dê três exemplos para ilustrar o conceito de *fonotática*, segundo o qual “nenhuma língua permite que seus fonemas ocorram em qualquer sequência” (Trask: 2004, p. 118).

C H A V E D E R E S P O S T A S

1. *Sugestão de linque*: jogo final do vôlei feminino nas Olimpíadas de Londres, 2012, para fazer a descrição do último ponto do último set: <https://www.youtube.com/watch?v=ObH0qBSDAKw>
2. (B), (C), (A).
3. A resposta deve considerar as três perguntas de que fala Coseriu, em especial a que se refere ao contexto em que se pretende falar. Deve também relativizar o conceito de adequado e inadequado para não parecer que as noções de certo e errado estão proibidas.
4. A resposta deve considerar a intencionalidade dos desvios presentes nos títulos. As intenções são diferentes e são expressivas.
5. *Sugestões*: *rapestsos (<respostas), *gipgtum (<?), *alhirbt (<?).

Norma e Uso⁸

São muito amplas e variadas as concepções de norma e de uso. Para nossos objetivos, basta enfatizar que, mesmo os que insistem em empregar a expressão “língua culta”, em lugar de norma da “língua padrão”, procuram definir algum modelo de fala ou de escrita que esteja consagrado pelo uso da comunidade que se quer representar ou prestigiar. Isso significa que há, para cada modalidade de língua, uma norma que se baseia em usos, considerados mais apropriados para aquela situação comunicativa do que outros.

O professor Evanildo Bechara não foi o primeiro a dizer, mas certamente foi ele quem popularizou nos estudos linguísticos a afirmação de que “precisamos ser políglotas em nossa própria língua”. A frase, não exatamente com essas palavras, está no livrinho *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* Carlos Alberto Faraco e Ana Zilles usam, além da metáfora dos políglotas, a do “camaleão”: “Todo falante é um camaleão linguístico” (2017, p. 37). Se quisermos continuar usando metáforas, diremos que somos todos bailarinos linguísticos, pois dançamos/falamos, no dia a dia, conforme o contexto sociointeracional (a música) que nos circunda/comove.

Políglotas, camaleões e bailarinos, todos convivemos com a velha polêmica muito importante para nossa vida em sociedade. Afinal, a língua que a escola ensina é a língua culta, a língua da classe dominante? É a língua “de uma nota só”?

Se cada coisa precisa estar em seu devido lugar, diremos que é preciso relativizar tudo, pois a língua que se estuda na escola é apenas uma das modalidades em uso — espera-se que seja a modalidade de prestígio social, interagindo por meio do bom senso docente e discente com outras modalidades julgadas pertinentes por aquela comunidade escolar.

Como demos a entender no primeiro parágrafo, a expressão “língua culta” não é das mais felizes. Melhor seria dizer “língua padrão”, pois empregar o adjetivo “culto” pode contribuir para reforçar o preconceito linguístico da sociedade.

⁸ Retomo aqui algumas ideias que exponho no Capítulo “A Linguagem e a Norma”, de A Redação de Trabalhos Acadêmicos (pp. 23–9).

Está no Dicionário Houaiss:

culto: (...) Adj. 7. que se cultivou; cultivado; 8. que alcançou estágio superior de civilização: civilizado, avançado; 9. por metáfora, que tem cultura (cabedal de conhecimento): cultivado, ilustrado, instruído; 10. **Ling, que segue o padrão formal, erudito** – por oposição à corrente; 11. SLing, próprio das pessoas cultas, escolarizadas (...) [Etim. lat. cultus,a,um 'culto, cultivado' (...)] Ant. analfabeto, desculito, desletrado, iletrado, incivilizado, inculto (...). [grifo meu]

Observe então que as pessoas podem achar que essa “norma culta” de que se fala em provas, editais e que se estuda nas salas de aula é uma espécie de sonho de consumo para qualquer indivíduo. Afinal, por que alguém não gostaria de, em um sentido geral, “alcançar um estágio superior de civilização” e de, em uma acepção sociolinguística, usar uma língua que seja “própria das pessoas cultas, escolarizadas”?

Esse raciocínio talvez ajude a explicar a espécie de complexo de inferioridade que campeia em muitas sociedades. No imaginário da nossa, por exemplo, parece predominante a ideia de que as pessoas não sabem português, que a nossa língua é muito difícil, que foi o brasileiro que deturpou a língua portuguesa... — e que a humanidade está perdida!!!

Agora, pense nas pessoas cultas, escolarizadas, que você conhece e se lembre do modo como falam ou escrevem. As palavras e estruturas sintáticas que elas empregam é que caracterizam na prática o que se poderia chamar de “a verdadeira língua culta” da sociedade brasileira contemporânea, um “modelo” que não é levado em conta no ensino da língua portuguesa — e dificilmente poderia ser posto em prática, por motivos que não cabe aqui enumerar.

Isso significa então, de um certo modo, que as pessoas cultas não empregam a chamada “língua culta”. Para ilustrar a afirmação, recordemos quantas foram as vezes em que precisamos “tirar uma dúvida de português”, consultar uma gramática ou um dicionário, etc. Isso quando não recorremos aos especialistas de plantão, disponíveis em seções especializadas (ou seriam *sessões*?) de jornais, em consultórios gramaticais (e até em lanchonetes), todos se apresentando como suprema autoridade a respeito dos fatos da língua.

Vamos correr atrás do prejuízo? Não, dizem os donos da língua, porque ninguém quer o prejuízo, mas o lucro. E o cidadão pergunta: Por que eu não posso correr atrás do prejuízo do mesmo jeito que posso correr atrás do ladrão: só para pegá-lo/prendê-lo e acabar com ele/entregá-lo à polícia? Ou será que alguém poderia literalmente “correr atrás do lucro”? Isso é apenas um exemplo de como é perigoso acreditar nas afirmações que nos passam. *Os gramatiquieiros anticonotativistas e os anarquistas vanguardeiros* estão em toda parte: é preciso ficar alerta e analisar com conhecimento de causa o que nos dizem a respeito dos usos de linguagem — inclusive aqui neste livro.

Agora... Só é possível adquirir esse conhecimento de causa sobre a chamada língua padrão com a continuidade dos estudos de gramática, o hábito da leitura e da

interpretação crítica, e com a prática da produção de textos de formatos e gêneros variados. Não é admissível que alguém ainda ache que as pessoas devem escrever do jeito como falam. E também que precisam falar da mesma maneira como deveriam escrever.

Como lembra José Carlos de Azeredo (2018, p. 69), o importante na conceituação de norma é o seu caráter coletivo e sua condição de “modelo de uso”, que os membros da comunidade seguem, por escolha ou por força da herança sócio-histórica. Isso não significa que a norma é rígida e invariável. O sistema oferece aos usuários da língua meios de renová-la, embora essa renovação seja lenta, já que as forças sociais de conservação são mais poderosas do que as iniciativas individuais de estilização.⁹

Então, fiquemos com a ideia de que o termo “norma” pode ser entendido, em sentido amplo, como “os usos característicos de uma determinada variedade linguística” e, em sentido restrito, como “o conjunto de usos socialmente mais prestigiados e, por isso mesmo, ensinado nas escolas”.

A língua padrão é uma norma como outra qualquer, sendo a forma de expressão praticada pelas pessoas em determinadas situações comunicativas. Aliás, na evolução da língua, é a forma padrão a que mais lentamente se modifica. A definição do *Dicionário Houaiss* diz:

padrão: S.m. 1. base de comparação, algo que o consenso geral ou um determinado órgão oficial consagrou como um modelo aprovado; (...) 5. regra ou princípio usado como base de julgamento; (...) Ling. modelo de uma estrutura da língua; esquema (...) [Etim. lat. *patronus*, i 'patrono, protetor dos plebeus; advogado, defensor; fig. arrimo, apoio'] (...) Sin./Var. ver sinonímia de modelo. [grifo meu]

Com a pronúncia das palavras e das frases não poderia ser diferente, já que a fonética e a fonologia integram o que se costuma chamar de prescrição gramatical. Sabemos que as raízes da norma linguística ensinada na escola são portuguesas — mas, se as *raízes* só podiam ser lusitanas, melhor que as *folhas de nossas árvores* sejam brasileiras. Assim, embora as palavras ortográficas continuem representando pronúncias que se vão distanciando da língua em uso praticada por pessoas cultas, é imperioso que continuemos lidando com essa dicotomia, entre tantas outras com que temos de conviver na comunicação, convindo sempre lembrar que essas dicotomias (fala/escrita, norma/uso, prestígio/desprestígio...) são facetas naturais em uma língua de cultura.¹⁰

⁹ O parágrafo reproduz, com pequenos retoques estilísticos, um trecho do Capítulo 3.4 da Gramática Houaiss.

¹⁰ Com bastantes exemplos e comentários, o último capítulo do livro *O Português da Gente*, de Rodolfo Ilari, trata do tema da “standardização da língua”, explicando como ocorreu a fixação da ortografia e como se travaram debates acerca das modalidades padrão da língua escrita e da língua falada.

E X E R C Í C I O S

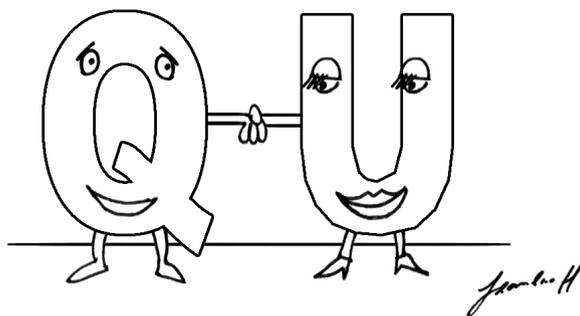
1. Explique a metáfora do “poliglota, camaleão, bailarino” linguístico.
2. Utilizando dois exemplos exclusivamente do campo fonético, comente a seguinte passagem do livro de Faraco & Zilles (2007, p. 44–5):

Quando observamos a cultura linguística normativa funcionando, notamos que ela constrói justamente uma representação hierarquizada da heterogeneidade linguística interna. Ela pressupõe que há diferenças qualitativas entre as variedades, ou seja, assume que algumas são melhores, superiores, mais corretas que as demais.

Vamos, porém, observar que os critérios dessa hierarquização não são, de fato, linguísticos. Embora o foco esteja aparentemente sobre a forma linguística (uma pronúncia ou uma construção sintática, por exemplo), não é nela em si que se encontra a efetiva razão para os juízos de correção, mas sim nos seus falantes.

3. A compreensão da charge depende de um conhecimento de fonética, de ortografia ou de fono-ortografia? Explique.

Os Inseparáveis...



4. Compare as palavras “mesmo” e “esmo” e explique por que apenas uma delas registra a pronúncia da consoante final da primeira sílaba como [ʁ]. Depois, diga qual a conclusão a que se chega diante desse exemplo.

5. A charge abaixo retoma o tema de uma avaliação de Língua Portuguesa aplicada a todos os alunos da 5ª série da rede pública do Estado de S. Paulo em 1998. Na prova, Chico Bento¹¹ dizia a mesma frase usada pelo pescador da charge, enquanto o enunciado pedia que se marcasse a alternativa correta a completar o seguinte enunciado: “A fala de Chico Bento mostra que ele...” A resposta correta continha a afirmação **“vive na zona rural e não sabe falar corretamente”**.

Pergunta-se:

- A fala do balãozinho representa de fato a fala de um habitante da zona rural?
- Se é incorreta, como deveria ser corrigida?
- Ela recebeu um tratamento preconceituoso por parte de quem elaborou a questão?



C H A V E D E R E S P O S T A S

- Sugestão:* essas metáforas trabalham com o conceito de mudança, de adaptação, isto é, levam em consideração a capacidade do falante de alterar sua forma de usar a língua conforme sua necessidade ou intenção.
- A resposta deve abordar a questão do prestígio sociocultural, algo que, de fato, não é linguístico. Pode, também, reconhecer que, na vida social, o prestígio é um dado inegável e que, portanto, é preciso que os estudantes sejam orientados a esse respeito. Como exemplos do campo fonético, duas sugestões envolvendo a pronúncia do L: (i) em posição final de sílaba – ex.: [sal'gadu] x [saw'gadu]; precedido de consoante – ex.: ['claru] x ['craru].
- O conhecimento necessário é o de fono-ortografia e se baseia na impossibilidade de escrever a letra Q sem estar acompanhada da letra U, ainda que nem sempre para fazer dígrafo (ex.: querida/quase).
- Além da neutralização entre [z] e [ʒ], que permite as pronúncias ['mezmu] e ['meʒmu], é normal em algumas regiões brasileiras que a pronúncia da primeira palavra seja ['mermu], com um rotacismo (fenômeno que consiste na transformação de um fonema em R), ou ['memu], com o apagamento da consoante. Já a palavra “esmo” só mostra as pronúncias ['ezmu] e ['eʒmu], pois há um impedimento semântico que inibe o rotacismo ou o apagamento. Para essa palavra, a pronúncia com [r] geraria concorrência com “ermo” (deserto), e a pronúncia sem a consoante geraria concorrência com “hemo-” (sangue). A conclusão a que se chega é que o ambiente fonético não é o único fator determinante para as mudanças de pronúncia das palavras.

¹¹ Em <https://claudioch3.wixsite.com/website/inicio-1/para-nossas-aulas-1> está disponível a historinha completa de Chico Bento.

34 FONÉTICA, FONOLOGIA E ORTOGRAFIA

5. a+b) A fala “Qué sabê duma coisa? Nesse rio num tem pexe!” pode ser ouvida em muitas regiões urbanas brasileiras, onde é muito comum a supressão do R final precedido de vogal tônica (quer>qué; saber>-sabê). O mesmo vale para a monotongação dos ditongos fechados (peixe>pexe) e para a construção “Nesse rio + tem”, em lugar de “Esse rio tem” ou “Nesse rio há” – a mesma usada por Drummond no famoso poema “No meio do caminho tinha uma pedra”. c) A questão, além de tecnicamente equivocada, é preconceituosa, mas revela como é perigoso se deixar influenciar pelo aspecto ortográfico para se fazer juízo de valor a respeito de alguém.

Terminologia Básica

No estudo da fonética e da fonologia¹², são necessários conhecimentos específicos sobre a terminologia linguística. Vejamos, primeiro, o que diz a NGB a respeito desse capítulo dos estudos gramaticais.

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA

Portaria 36 (publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 1959)

PRIMEIRA PARTE — FONÉTICA

I — A Fonética pode ser: Descritiva, Histórica, Sintática.

II — Fonemas: vogais, consoantes, semivogais.

1. Classificação das vogais — Classificam-se as vogais: a) quanto à zona de articulação, em: *anteriores, médias e posteriores*; b) quanto ao timbre, em: *abertas, fechadas e reduzidas*; c) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, em: *orais e nasais*; d) quanto à intensidade, em: *átonas e tônicas*.
2. Classificação das consoantes — Classificam-se as consoantes: a) quanto ao modo de articulação, em: *oclusivas, constritivas* (fricativas, laterais, vibrantes); b) quanto ao ponto de articulação, em: *bilabiais, labiodentais, linguodentais, alveolares, palatais, velares*; c) quanto ao papel das cordas vocais, em: *surdas e sonoras*; d) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal: *orais e nasais*.

¹² Veja-se a “breve notícia sobre a história e o desenvolvimento dos estudos fonológicos” que Bernadete Abaurre expõe no capítulo que escreveu para o livro *A Palavra e a Frase*.

III — 1. Ditongos — Classificam-se os ditongos em: *crescentes e decrescentes; orais e nasais*.

2. Tritongos — Classificam-se os tritongos em: *orais e nasais*.

3. Hiatos.

NOTA: Os encontros ia, ie, io, ua, ue, uo finais, átonos, seguidos ou não de s, classificam-se quer como ditongos, quer como hiatos, uma vez que ambas as emissões existem no domínio da Língua Portuguesa: *histó-ri-a e histó-ria; sé-ri-e e sé-rie; pá-ti-o e pá-tio; ár-du-a e ár-dua; tê-nu-e e tê-nue; vá-cu-o e vá-cuo*.

4. Encontros consonantais.

IV — Sílaba — Classificam-se os vocábulos, quanto ao número de sílabas, em: monossílabos, dissílabos, trissílabos e polissílabos.

V — Tonicidade:

1. Acento: principal, secundário.

2. Silabas: átonas (pretônicas, postônicas), subtônicas, tônicas.

3. Quanto ao acento tônico, classificam-se os vocábulos em: *oxítonos, paroxítonos, proparoxítonos*.

4. Classificam-se os monossílabos em: *átonos, tônicos*.

5. Rizotônico — Arrizotônico.

NOTA: São átonos os vocábulos sem acentuação própria, isto é, os que não têm autonomia fonética, apresentando-se como sílabas átonas do vocábulo seguinte ou do vocábulo anterior. São tônicos os vocábulos com acentuação própria, isto é, os que têm autonomia fonética. Pode ocorrer que, conforme mantenha, ou não, sua autonomia fonética, o mesmo vocábulo seja átono numa frase, porém tônico em outra. Tal pode acontecer também com vocábulos de mais de uma sílaba: serem átonos numa frase, mas tônicos em outra.

6. Ortoepia.

7. Prosódia.

Passados sessenta anos de sua elaboração, a NGB continua oficialmente em vigor e se aplica aos âmbitos de ensino fundamental e médio. A despeito disso, muitos conceitos novos foram introduzidos pelos modernos estudos linguísticos, o que recomenda uma atualização (e não uma revolução) nomenclatural — algo que não está nos objetivos deste livro, mas de que tratei em *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois* (Henriques, 2009), trabalho mencionado ao final, nas Referências Bibliográficas.

É certo que uma abordagem do tipo estruturalista, como a que foi praticada durante longo tempo no ensino das línguas, já não tem sentido nos dias de hoje. No entanto,

o que o ambiente acadêmico oferece em seu lugar é, quase sempre, uma mistura de símbolos e figuras geométricas com novas terminologias (muitas delas não traduzidas ou intraduzíveis). Tantas e tão pretensiosas que às vezes são apresentadas como “ponto de chegada para o estudante e não um ponto de partida” (cf. Cagliari: 2002, p. 157).

Tentemos então avançar um pouco em relação às abordagens estruturalistas antigas, procurando que o assunto aqui apresentado seja, antes de tudo, um ponto de partida. Para tanto, algumas palavras-chave no estudo dos sons da fala, de suas representações e de suas vinculações com os símbolos gráficos, precisam, sim, de uma explicação prévia e específica, que mostre como serão consideradas neste livro.

1. FORMA

Utiliza-se o termo forma para designar o fonema ou a sequência fonológica provida de significação, estabelecendo-se assim a relação entre o significante (a parte fônica) e o significado (a representação que a parte fônica tem na linguagem).

Uma forma linguística tem como possibilidade máxima o texto de comunicação oral ou escrita e tem como possibilidade mínima o componente formal que corresponde a uma significação — este componente é o que se chama forma mínima, ou seja, um morfema, pois é dotado de uma individualidade em seu conjunto significante+significado.

Desse modo, o fonema está em um estágio que antecede a existência das formas mínimas, pois é um elemento linguístico desprovido de significação. Ele é uma unidade mínima, mas não é uma forma mínima.

Tomemos por exemplo como forma máxima (textual) o provérbio “Quem tem boca vai a Roma” e busquemos seus constituintes imediatos até chegarmos a sua forma mínima:

- (1) Quem tem boca vai a Roma → 1 forma linguística máxima (frase, neste caso, igual a texto)
- (2) Quem tem boca + vai a Roma → 2 formas linguísticas (2 orações)
- (3) Quem + tem + boca // vai + a Roma → 5 formas linguísticas (5 termos)
- (4) Quem + tem + boca // vai + a + Roma → 6 formas linguísticas (6 vocábulos)
- (5) Quem + t+e+m boc+a va+i a Rom+a → 11 formas linguísticas mínimas (11 morfemas)

Nos estágios (1), (2) e (3) estamos no âmbito da sintaxe; no estágio (4) estamos no âmbito da morfossintaxe; no estágio (5) estamos no âmbito da morfologia. Podemos chegar ao estágio (6), o do âmbito da fonologia, mas nele não haverá forma linguística, pois não haverá significação.

- (6) /kêtëy'boka vaya'roma/ → 17 unidades mínimas desprovidas de significação (17 fonemas)